

## **Nos últimos 15 anos tem-se assistido a um aumento constante no nº de vagas das Faculdades de Medicina. Qual a opinião do Professor sobre o assunto?**

### **Prof. Doutor Nuno Sousa – Escola de Ciências da Saúde – Universidade do Minho (ECS-UM):**

É um facto evidente. Por um lado corrige o erro de termos tido um nº de vagas muito baixo (lembro-me que no ano em que entrei em Medicina (1986) o nº era apenas de 200 candidatos no total do país) o que obviamente não permitia renovar o número de médicos de forma sustentada.

Contudo, o aumento tem sido progressivo e a questão que se coloca actualmente é se esse aumento não será demasiado. A resposta a esta pergunta é complexa porque existem vários ângulos de análise: as necessidades assistenciais, as necessidades percebidas pelas populações, a capacidade formativa de qualidade (que no pré-, quer no pós-graduado).

### **Prof. Doutor Agostinho Marques – Faculdade de Medicina da Universidade da Universidade do Porto (FMUP):**

Há uma enorme pressão da opinião pública para o aumento de vagas em Medicina, agravada agora pelo desemprego generalizado no País. Os responsáveis políticos têm afinado pelo coro geral, sem avaliação crítica. Para as Faculdades, o aumento de vagas tem sido muito prejudicial.

### **Prof. Doutor António Sousa Pereira – Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar (ICBAS):**

O número de alunos admitidos actualmente excede claramente a capacidade formativa instalada, com prejuízo para a qualidade do ensino.

**Prof. Doutor Miguel Castelo-Branco – Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade da Beira Interior (FCS-UBI):**

A primeira fase do aumento das vagas nas faculdades de Medicina foi claramente necessária, porque aquilo que, provavelmente, aconteceu foi uma resposta a um excesso na restrição ao acesso a Medicina. Agora, numa fase mais recente, a questão que se põe é se Portugal realmente precisa de formar tantos médicos quanto os que está a formar, considerando que, neste momento, nem sequer é apenas o nosso país que está a formar médicos para trabalhar em Portugal, mas que existem também várias escolas pela Europa fora a formar médicos que, em princípio, se destinam a Portugal - como aliás já tem sucedido em anos anteriores.

Portanto, essa é a questão de fundo. As Universidades têm assumido o aumento do número de vagas decidido pelo Governo, mas eu mantenho a pergunta: será que Portugal, neste momento, precisa de tantas vagas quanto aquelas que está a disponibilizar? Essa é a questão de base. Penso que, de uma vez por todas, era importantíssimo que se fizesse um estudo que acabasse com estas dúvidas. A Ordem dos Médicos assumiu também este compromisso de elaborar um estudo sobre as necessidades formativas em Portugal, de modo a também poder dar o seu contributo, tentando com isso terminar esta questão, esta dúvida sobre o que precisamos. Só espero que isto seja feito com a maior brevidade possível, permitindo duma forma objectiva assumir as melhores decisões.

**Prof. Doutor Manuel Santos Rosa – Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra (FMUC):**

Inicialmente havia razões objectivas para o aumento, atendendo ao número muito limitado de vagas anteriormente existentes nas faculdades de medicina. Contudo, esse aumento devia ter sido adaptado às necessidades reais do País, o que a nosso ver não aconteceu. De ter em conta que o número de vagas tem sido ainda aumentado por contingentes adicionais, como é o caso dos Licenciados, que neste momento representa 15% do contingente geral.

**Prof. Doutor José Caldas de Almeida – Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa (FCMUNL):**

Em primeiro lugar constato o facto de o nº de vagas para o 1º ano na Faculdade de Ciências Médicas, e em todas as outras Faculdades de um modo geral, ter vindo a aumentar progressivamente, e de uma forma significativa, nos últimos anos. Penso que este facto tem que ver fundamentalmente com a ideia, muito generalizada em Portugal, de que há uma falta grande de médicos.

Por outro lado, por razões várias que não se verificam noutros países, há em Portugal uma pressão muito grande das famílias e da sociedade em geral para que se encontre mais vagas para os candidatos a medicina, para que se deixe mais jovens seguir a carreira médica, que tem uma procura e um prestígio muito maiores que na maioria dos outros países.

**Prof. Doutor José Manuel Fernandes e Fernandes - Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa (FMUL):**

A planificação do número de vagas para o curso de Medicina em instituições públicas é indispensável, por duas razões. A primeira, porque sendo uma formação necessariamente cara, difícil e longa, e sendo os recursos públicos limitados, há que optimizá-los, isto é, procurar obter a sua maior rentabilidade. Em segundo lugar, porque a disponibilidade de médicos é indispensável para assegurar a eficácia dos serviços de Saúde independentemente da sua matriz organizativa.

Nos anos 70, por causa da guerra em África, houve abertura totalmente desregulada de vagas para os cursos de Medicina, o que quase inviabilizou a prestação adequada desse serviço público que é o ensino médico. A reacção foi também exagerada. Houve excessiva limitação do acesso com a introdução do *numerus clausus*, sem uma planificação correcta das necessidades do País, e que mais configurou um período de

recuperação concedido às Escolas Médicas para se re-organizarem e adaptarem aos novos tempos e a novas necessidades.

Porque a planificação foi deficiente, desde os critérios para o acesso ao curso médico, até à distribuição dos médicos formados, quer pelo território nacional, como pelas especialidades – faltou sempre uma visão integrada da Educação Médica pré e pós-graduada e do seu enquadramento nas necessidades reais do País - gerou-se, porventura, uma carência real, que o discurso político brandiu, até numa perspectiva regionalista, influenciando a opinião pública para a criação de novas escolas médicas, proporcionando maior número de vagas e usando um velho chavão, sempre bem acolhido: vencer o corporativismo das profissões, neste caso dos médicos.

E daí à acusação de cumplicidades e conivência dos médicos e das suas organizações com a eventual necessidade de clínicos, unicamente para a defesa dum estatuto profissional privilegiado e do emprego, foi um passo rápido, que num espaço público em regra pouco informado e por isso pouco dado a crítica rigorosa, foi aceite como inevitabilidade e conduziu à realidade actual: o aumento excessivo da formação médica neste dealbar da segunda década do século XXI.

**Prof. Doutor José Ponte – Departamento de Medicina da Universidade do Algarve (MIM/UAlg):**

É uma excelente notícia dado que existe um elevado número de lugares vagos, quer para especialistas, quer para internos, actualmente ocupados por colegas espanhóis, cubanos ou colombianos.